



Liminares que permitiam bingos em SP são suspensas

19/04/2007

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região suspendeu as liminares concedidas pela Justiça Federal a associações esportivas que permitiam o funcionamento de casas de bingo no estado de São Paulo. O pedido foi ajuizado pela Advocacia-Geral da União na 3ª Região e pelo Ministério Público Federal.

Segundo a AGU, as liminares podem causar grave lesão à ordem e segurança públicas, já que as casas de bingo desenvolvem uma atividade ilegal. Isso porque não existe hoje no país nenhuma lei que permita o seu funcionamento.

Na decisão, o TRF-3 informou que o Supremo Tribunal Federal considera ilícitos o jogo de bingo, os vídeo bingos, os caça-níqueis, as máquinas de bingos eletrônicos e similares.

Os desembargadores citaram decisão na qual a presidente do Supremo, Ellen Gracie, diz que “para ser legítima a exploração de loterias e outros jogos de azar deverá realizar-se com a permissão e participação do Estado, seja pela exploração direta levada a efeito pelos órgãos ou entidades públicas, seja pela delegação a particulares”.

Jogo ilegal

A argumentação da AGU é a de que a Lei 9.981/00 revogou dispositivos legais da Lei 9.615/98 (Lei Pelé), que permitia a exploração de bingos. O advogado da União **Rogério Emílio** explica que, terminado o prazo de adaptação previsto pelo artigo 2º da nova lei, a exploração de bingos sob qualquer modalidade tornou-se ilegal a partir de 31 de dezembro de 2002.

As entidades que persistiam na exploração do bingo o fazem, desde então, com base em decisões judiciais liminares que determinavam a abstenção, pela União, da prática de quaisquer medidas tendentes à apreensão de equipamentos, máquinas, valores e documentos utilizados na realização do jogo.

Somente esta semana, foram deferidos três pedidos de suspensão de liminar solicitados pela AGU e pelo MPF de São Paulo. É grande a guerra judicial travada entre AGU e o MPF de um lado, e as Associações Desportivas e Empresas de Bingo de outro lado. Até maio de 2006, foram ajuizadas mais de 500 ações judiciais envolvendo casas de bingo e que tramitam na Justiça Federal de São Paulo e que podem resultar no fechamento de mais de mil casas de que exploram o jogo de bingo.

Operações

Desde que os TRF-3 derrubou liminares que permitiam o funcionamento de bingos, fiscais da subprefeitura de Pinheiros trabalham para fechar esses estabelecimentos. Até agora, três bingos foram fechados: Bingo Royale Itaim, Bingo Pamplona e Videobingo 24 horas.



Esses não tinham liminar que autorizasse o funcionamento. As entradas dos bingos foram bloqueadas com blocos de concreto para evitar uma possível reabertura. Na região da subprefeitura de Pinheiros existem 14 bingos, sete deles com liminares.

Além desses bingos, uma fábrica de componentes de caça-níqueis também foi fechado, só que na zona Sul. De acordo com reportagem da *TV Globo*, 350 máquinas foram apreendidas. Chips e placas de computadores também. Os materiais estavam em um galpão, usado como oficina de montagem, na Vila Clementino.

Notícia alterada às 16h40 desta quinta-feira (19/4) para acréscimo de informações.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2007-abr-19/liminares_permitiam_bingos_sp_sao_suspensas/